

FONTE : FSP

CLASS. : K0R00001

DATA : 13 06 87

PG. : A-20

## Reservas extrativistas

AÉRCIO DOS SANTOS CUNHA

Os seringueiros que há cem anos produzem borracha natural no Acre, usando todos os meios a seu alcance para se fazer ouvir pelas autoridades, reivindicam a transformação das áreas por eles exploradas — na condição de posseiros — em “reservas extrativistas”. Constituiriam tais reservas florestas de preservação permanente dedicadas ao extrativismo florestal, exercido de forma a não comprometer a capacidade natural de renovação dos recursos.

Por que se movimentam, agora, os seringueiros?

Os seringueiros do Acre, testemunhas da devastação de Rondônia, sabem muito bem o que lhes trará o asfaltamento da BR 364 (Porto Velho-Rio Branco), com conclusão prevista para o final do próximo ano. Com o asfalto, virá o “desenvolvimento” (sic) da região e com ele a destruição do tradicional meio de sobrevivência do seringueiro e de todos que vivem da extração de produtos da floresta.

O “desenvolvimento”, tal como tem ocorrido na Amazônia, é sinônimo de destruição da floresta e dos recursos que ela contém e sua substituição, em grande parte, por pastagens de baixíssima produtividade. Significa também valorização especulativa das terras, com exclusão de quem mais precisa da propriedade rural: os trabalhadores agrícolas e as populações nativas. Enfim, significa a reprodução em escala amazônica das incríveis distorções da estrutura agrária brasileira.

Estima-se existirem na Amazônia cerca de 1,5 milhões de pessoas que vivem do extrativismo florestal, dos quais umas 300 mil ligadas à extração do látex da borracha. O que essas pessoas desejam é apenas manter seu sistema de vida. Pelo menos, é

para continuar sendo seringueiros que os seringueiros estão lutando. Eles não desejam ser favelados em grandes cidades nem trabalhadores semi-escravizados de alguma grande fazenda. Eles querem proteção contra o “desenvolvimento” que, a todo vapor, o governo está levando às suas portas.

Por exigência do contrato com a agência internacional que está financiando o asfaltamento da BR 364, foi criado pelo governo brasileiro programa especial de proteção ao meio ambiente, recursos naturais e comunidades indígenas. Inclusive, uma das condições para o primeiro desembolso foi a apresentação de um plano de ação estabelecendo medidas concretas visando o cumprimento dos termos contratuais.

No entanto, dois anos depois da assinatura do contrato, e com as obras de pavimentação bastante adiantadas, as medidas prometidas ainda não foram tomadas.

Os seringueiros sabem que não podem confiar na “proteção” governamental ao meio ambiente, mesmo quando essa proteção é objeto de compromisso internacional. Eles sabem que o IBDF, a cujo cargo está a fiscalização do cumprimento do Código Florestal, não tem recursos financeiros nem dispõe de homens para fazê-lo; que a Sema, através do Instituto do Meio Ambiente do Acre, tão cedo não irá funcionar. E eles sabem também que o motivo pelo qual essas instituições não funcionam é que não há compromisso político com o problema ecológico nem com a proteção às populações nativas. Eles sabem que, em semelhantes circunstâncias, a letra da lei é só para inglês ver.